



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 321/2005

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO

SESSÃO 45ª de 09/03/2005

PROCESSO Nº 1/003514/2004 AUTO Nº 1/200409632

RECORRENTE: MAÉSIO CÂNDIDO VIEIRA

RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

CONS. RELATOR: HELENA LÚCIA BANDEIRA FARIAS

EMENTA: FALTA DE RECOLHIMENTO

decorrente de Regime Especial de Fiscalização. Após rejeitadas as preliminares de nulidade argüida pela recorrente, decide-se por unanimidade de votos, pela confirmação da **PROCEDENCIA** exarada em 1ª instância. O contribuinte deixou de recolher o ICMS devido em apuração diária. Artigo infringido Art. 96 II, III da Lei 12.670/96 e penalidade Art.123, I "d" do mesmo diploma legal .

RELATÓRIO:

A empresa acima identificada é acusada de não recolher o ICMS devido em virtude de apuração diária, proveniente do Regime Especial de Fiscalização e Controle, dos dias 25/08/2004 a 31/08/2004, no montante de R\$ 6.219,10 (seis mil, duzentos e dezenove reais e dez centavos).

Todas as argumentações apontadas pelo impugnante na peça defensiva foram devidamente analisadas em 1ª Instância, que após rejeitá-las decidiu pela **Procedência** da autuação.

O contribuinte insatisfeito com a decisão prolatada em 1ª Instância ingressou aos autos e interpõe recurso argüindo o seguinte:

1. A nulidade do auto de infração, o agente do fisco não cumpriu com o prazo legal estabelecido no termo de início.
2. O auto de infração foi lavrado por presunção, uma vez que não apresentou de forma minuciosa tudo que foi visto, examinado e apurado, espécie e quantidade dos bens, e o levantamento físico dos estoques.

Após analisar as argumentações do recurso, o parecer da consultoria tributária foi no sentido de que a decisão singular de procedência seja mantida. A douta Procuradoria Geral do Estado elegeu referido parecer sugerindo a **procedência** do feito.

É o Relato.





A small, stylized handwritten signature or mark in the bottom right corner of the page.

VOTO:

Trata-se a infração apontada na inicial da falta de recolhimento do ICMS proveniente de Regime Especial de Fiscalização e Controle, apuração dos dias 25/08/2004 a 31/08/2004, no montante de R\$ 6.219,10 (seis mil duzentos e dezenove reais e dez centavos).

Antes de adentrar no mérito da acusação é necessário uma análise nas argumentações apresentadas pelo impugnante no seu recurso voluntário.

O contribuinte argumenta que o auto de infração deve ser considerado nulo, visto que, o agente do fisco lavrou o mesmo antes do prazo legal de 90 (noventa) dias, conforme determina o termo de início e a legislação em vigor.

Ocorre que conforme determina o Art. 88 § 1º da Lei 12.670/96 "**o agente do fisco terá o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, contados da data da ciência do sujeito passivo**", o presente dispositivo determina qual o **prazo máximo** que o fisco dispõe para a conclusão dos trabalhos, portanto, a lavratura do auto de infração deve ocorrer dentro deste prazo, não necessariamente no nonagésimo dia como entende o recorrente.

Quanto a alegativa que o auto de infração foi lavrado por presunção, ressaltamos que trata a autuação de Regime Especial de Fiscalização e Controle, cujo o tratamento diferenciado é dado ao contribuinte faltoso conforme previsto no Art. 96, II, III da Lei 12.670/96.

"Art.96. Nos casos de prática reiterada de desrespeito à legislação com vista ao descumprimento de obrigação tributária, é facultado ao Secretário da Fazenda aplicar ao contribuinte faltoso Regime Especial de Fiscalização e Controle, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis, que compreenderá o seguinte:

II - fixação de prazo especial e sumário para recolhimento dos tributos devidos;



III- manutenção de agente ou grupo fiscal, em constante rodízio, com o fim de acompanhar todas as operações ou negócios do contribuinte faltoso, no estabelecimento ou fora dele, a qualquer hora do dia e da noite, durante o período fixado no ato que instituir o Regime Especial;"

Quando o contribuinte é enquadrado no nesse regime de Fiscalização à portaria emitida pelo Secretário da Fazenda expressamente especifica que a apuração e o recolhimento do imposto, quando devido, será **diário**.

O agente do fisco apurou o imposto devido relativo ao dias 25/08/2004 a 31/08/2004, onde o contribuinte declara não haver entradas no período e como saída foi constatado o montante de R\$ 36.582,97 (trinta e seis mil quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e sete centavos).

Por tudo exposto, não assistem razão as argumentações trazidas pelo contribuinte na peça recursal.

Destarte, pelas razões aqui apresentadas deve ser submetido o infrator a penalidade prevista no Art. 123, I "d" da Lei 12.670/96.

"Art. 123. Às infrações à legislação do ICMS sujeitam o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo do pagamento do imposto quando for o caso:

I - com relação ao recolhimento do ICMS:

d) falta de recolhimento do imposto, no todo ou em parte, na forma e nos prazos regulamentares, quando as operações, as prestações e o imposto a recolher estiverem regularmente escriturados: multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do imposto devido;"

Sendo assim, voto pelo conhecimento do recurso voluntário, negando-lhe provimento, para que seja rejeitada as preliminares de nulidades apresentadas no recurso e que se confirme a decisão prolatada em 1ª Instância de **PROCEDÊNCIA** da ação fiscal, nos termos acima citado e em conformidade com o parecer da douta PGE.

É o voto.

DEMOSTRATIVOS :

ICMS (17%) R\$ 6.219,10

MULTA (50% imposto)..... R\$ 3.109,55



DECISÃO:

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente **MAÉSIO CÂNDIDO VIEIRA** e recorrido **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**.

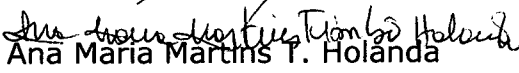
RESOLVEM os membros da 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, após rejeitar a preliminar de nulidade argüida pela recorrente, conhecer do recurso voluntário, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão **CONDENATÓRIA** prolatada em 1ª Instância, nos termos do voto da Conselheira Relatora e parecer da douda Procuradoria Geral do Estado. Ausente por motivo justificado o conselheiro Frederico Ozanan de Castro

SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 08 de 04 2005.

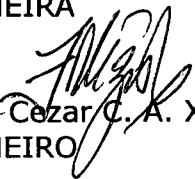

Alfredo Rogério Gomes de Brito
PRESIDENTE

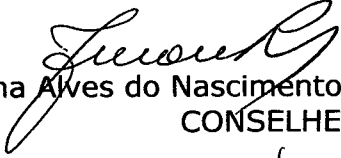

Manoel Marcelo A. Marques Neto
CONSELHEIRO


Vitor Simon de Moraes
CONSELHEIRO


Ana Maria Martins T. Holanda
CONSELHEIRA


Frederico Hozanan B. de Castro
CONSELHEIRO


Fernando Cezar C. A. Ximenes
CONSELHEIRO


Fernanda Rocha Alves do Nascimento
CONSELHEIRA


Helena Lúcia Bandeira Farias
CONSELHEIRA RELATORA


José Gonçalves Feitosa
CONSELHEIRO


Matteus Viana Neto
PROCURADOR DO ESTADO